



APRESENTAÇÃO

Atâtôt – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG é uma publicação acadêmica, de acesso aberto, revisão por pares e publicação anual contínua (variados volumes ao longo do ano) da Universidade Estadual de Goiás. Seu objetivo é abrir espaços interdisciplinares para publicação de artigos, ensaios, resenhas e outros textos acadêmicos sobre o tema geral dos direitos humanos, com foco em temas relacionados a democracia, questões constitucionais e lutas sociais por direitos.

Em sua terceira edição de dezembro de 2021, a Atâtôt – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG apresenta discussões sobre os direitos humanos numa perspectiva crítica, refletindo sobre o debate inerente à efetividade constitucional, ao direito internacional, ao direito agrário, ambiental e minerário, ao direito indígena e quilombola, à relação entre direitos humanos e criminologia e à educação em direitos humanos.

O primeiro artigo, “Concepções da educação escolar quilombola da construção do referencial curricular municipal: algumas considerações”, da Profa. Dra. Ana Cristina Santos Peixoto (UFSB) e da Ma. Sara Alves da Luz Lemos (UFSB), discute sobre Educação Escolar Quilombola enquanto Modalidade da Educação Básica e sua implementação no Referencial Curricular Municipal de Aurelino Leal – BA, abordando suas contribuições e perspectivas, aprofundando o debate sobre educação em direitos humanos, inclusão e reconhecimento.

O segundo artigo, “Sistema de proteção social e defesa de Direitos Humanos e dos povos em África: surgimento e perspectivas”, do Pesquisador e Doutorando Augusto Checuc Chaimite (UFBA e CEIFA), debruça-se sobre a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), analisando de forma profunda e crítica o sistema de proteção de direitos do homem e dos povos em África, realizando uma incursão histórico-jurídica sobre tal Sistema.

O terceiro artigo, “Cultura de massas, criminologia midiática e a estigmatização do criminoso”, da Ma. Priscila Péclat Gonçalves Teixeira (UFSB), discute a relação entre a criminologia midiática e as culturas de massas, na medida em que estes ocorrem no plano do “ser” e influenciam o plano do “dever ser”, refletindo em uma busca por cada vez mais penas, punições mais severas e, muitas vezes, diversas das legais, àqueles estereotipados como criminosos, remetendo-se ao clichê de que “bandido bom é bandido morto”.

O quarto artigo, “Fora do armário, dentro das normas: a organização mundial da saúde e a saúde mental LGBTQI”, da Profa. Dra. Brenda Thainá Cardoso de Castro (UNAMA) e do Me. Matheus dos Santos da Silveira (UFPA), analisa as contribuições empreendidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) relativas à atenção à saúde mental da comunidade LGBTQI, analisando documentos produzidos pela OMS que assumiu a responsabilidade de ações relativas à saúde mental LGBTQI.



O quinto artigo, “A efetivação do direito fundamental à Saúde à luz da Proporcionalidade e da Teoria da Reserva do Possível”, do Me. João Felipe da Silva Fleury (IDP), traça uma análise acerca da efetivação do direito fundamental à saúde em ponderação com o princípio da proporcionalidade e a teoria da reserva do possível, analisando o direito fundamental à saúde como um direito limitado e que depende de alocação de recursos financeiros igualmente limitados por parte do Estado.

O sexto artigo, “O princípio da vedação do retrocesso sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann”, do Me. Guilherme de Moraes Bittar (UFG e Fibra), estabelece um apanhado dos conceitos e ideias do pensamento de Niklas Luhmann, para então realizar uma análise do instituto jurídico do princípio da vedação do retrocesso sob a ótica da teoria dos sistemas de Luhmann, e, conseqüentemente, avaliar os limites os e problemas relacionados ao lastro fático e à aplicação desse instituto frente as necessidades e demandas dos sistemas econômico, político e moral.

O sétimo artigo, “Projeto corredor do Homero em Piracanjuba-Goiás: Promoção dos direitos humanos”, da Profa. Dra. Daniele Lopes Oliveira (PUC-GO e FAP), apresenta um projeto de pesquisa multidisciplinar que visa integrar os acadêmicos, professores e comunidade do município de Piracanjuba cidade do interior do Estado de Goiás, que tem como escopo a educação para os direitos Humanos no Ensino Superior para intervenção na realidade local, propondo condições mais dignas de vida e atuando para a educação e proteção a vida e dignidade humana.

O oitavo artigo, “Sobre acumulação por espoliação e contradição da propriedade privada da terra: A condição da resistência campesina frente à violência mediadora dos conflitos”, da Ma. Sara Macedo de Paula (UFG) e do Me. Victor Hugo de Santana Agapito (UFG), investiga horizontalmente os expoentes à margem da acumulação por espoliação, uma categoria construída a partir do materialismo histórico-geográfico, para analisar como a concentração de terras está diretamente relacionada às variadas formas de violência sofrida pelos sujeitos inseridos nesse contexto.

Há, por fim, uma resenha do livro *Se me deixam falar* de Moema Viezzer, “Que os Façamos Ouvir”, da lavra da doutoranda em direitos humanos Ana Paula de Castro Neves (UFG) e dos Graduandos em Jornalismo Ana Luiza Tanno, Marina Barros Ferreira e Victor M. Weber (UFG).

Anápolis/GO, 29 de dezembro de 2021.